

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|--|---|--------------------|
| | Liquidadas | Inscritas em Restos a Pagar não Processados | Total |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 840.161 | 106 | 840.267 |
| Pessoal Ativo | 581.691 | 90 | 581.781 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | | | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 17.437 | | 17.437 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 564.254 | 90 | 564.344 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 258.470 | 16 | 258.486 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | | | 0 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 282.076 | 9 | 282.085 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 17.503 | | 17.503 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 7.529 | | 7.529 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 257.044 | 9 | 257.053 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 558.085 | 97 | 558.182 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 423.852.829 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100 | 0,131670% | 0,000023% | 0,131692% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,239136% | | 1.013.585 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,227179% | | 962.905 |

FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Sentenças Judiciais com Precatório", estão computados R\$ 13.306 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 4.131 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual Técnico de Demonstr. Fiscais – 1ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 65.410 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

CARLOS ALBERTO ROBINSON
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

SUSANA TERESINHA MILESKI
 ORDENADORA DE DESPESAS

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO
 DIRETORA SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
 DIRETOR SUBSTITUTO DA SECRETARIA DE AUDITORIA (CONTROLE INTERNO)